

3.0.0.0 - Despesas Correntes	1.644.390,79	
3.1.0.0 - Despesas de Custeio		
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais	300.000,00	
3.1.9.0 - Diversas Despesas de Custeio		
3.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.344.390,79	
2.2.2 - Restos a Pagar	5.278.042,14	
T O T A L		195.742.432,93

Brasília, 19 de Agosto de 1980.

OCTACIANO NOGUEIRA

Diretor-Geral do DIN

HAROLDO MATEU VENANCIO  
Inspetor-Geral de FinançasSyleno Ribeiro de Paiva  
Secretário-GeralVISTO: Ibrahim Abi-Ackel  
Ministro da Justiça

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1980.

Às onze horas e quinze minutos do dia 26 de junho de 1980, na sala nº 470, do Edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA - CNPP. O Ministro de Estado da Justiça, Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL, após o improviso de instalação e posse dos Conselheiros do CNPP, no Auditório do Ministério da Justiça, acompanhou-os até a sala de Reuniões do referido Conselho a fim de instalá-los e demonstrar-lhes trabalhos fundamentados na RESOLUÇÃO Nº 70, de 1976 - (Da C.P.I. - SISTEMA PENITENCIÁRIO). O Ministro ainda apresentou os assessores que se dedicarão aos trabalhos do CNPP, e, antes de se retirar agradeceu aos Conselheiros presentes e passou a palavra ao Presidente do CNPP, PIO SOARES CANEDO. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros BENJAMIN DE MORAES, FRANCISCO SERRANO NEVES, MANOEL PEDRO PIMENTEL, RENÉ ARIEL DOTTI, ANTONIO ZAPALLÁ, JASON ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, EVERARDO DA CUNHA LUNA, Representantes das CONFEDERAÇÕES NACIONAIS DO COMÉRCIO e da INDÚSTRIA. Em ASSUNTOS GERAIS, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário que terão cento e vinte (120) dias para a elaboração de um Regimento Interno. Considerou o prazo excessivo e solicitou dos Senhores Conselheiros uma redução para sessenta dias, no que foi aceito por unanimidade. Limitado o prazo, passou às seguintes Resoluções: a) Apresentação de ante-projeto a ser discutido e votado em reunião ordinária do Conselho. b) Nomeação de dois Conselheiros que se encarregarão de apresentar a este Plenário, o aludido ante-projeto para consideração. c) Escolhidos por aclamação, os Professores BENJAMIN DE MORAES e FRANCISCO SERRANO NEVES. IV - Solicitou aos aclamados que antes ainda da próxima reunião remetessem aos demais Conselheiros minuta do referido ante-projeto. d) Decidiu ainda que toda a correspondência deverá ser enviada ao Grupo de Assessoramento Penitenciário deste Ministério. O Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI congratulou com as deliberações da Presidência e solicitou que as reuniões fossem centralizadas e manifestou sua preocupação quanto à colheita de dados e de informações para a produtividade do Conselho. Sugeriu, ainda, a adoção de critérios quanto a solicitações às Entidades de Classe, às Universidades, Professores, Administradores e outros. O Senhor Presidente acolheu a sugestão e afirmou que o tema será uma constante deste Colegiado, no sentido de manter um maior entrosamento junto aos setores governamentais. Em seguida, com a palavra o Conselheiro BENJAMIN MORAES fez a seguinte projeção: "Estou pensando na nossa responsabilidade, minha e do Professor Serrano Neves, na elaboração do ante-projeto. Então quero declarar desde já a V.Exa. em nome de nós dois, porque temos coopera-

do em muitas outras atividades, que o ante-projeto é apenas uma base para discussão e queremos já expressar que as sugestões para modificações bem vindas da experiência de todos os Senhores Conselheiros". Informou ainda que em outros trabalhos aqui mesmo no Ministério da Justiça, recebera sugestões de todo o Brasil e analisou uma por uma. Comentou o improviso do Ministro à instalação, ressaltando a segurança com que encara os problemas da recuperação e da ressocialização do delinquente, estabelecendo aí uma intersecção, pois escrevera anteriormente um ante-projeto de código que não é só penitenciário mas de execuções penais tendo em vista que a execução penal não é só penitenciária-porque há execução das medidas de segurança, há a execução da pena pecuniária e ainda há os casos em que não são propriamente penitenciários como as prisões abertas e outras que não envolvem matéria penitenciária mas, sim, que envolvem os problemas da ressocialização. Assinalou especialmente a presença das Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio, entidades que poderão contribuir, sobre modo, com a referida ressocialização, através do SENAI, SESI, SESC e SENAC. Finalizando, o ilustre Conselheiro fez as seguintes proposições: a) Que as reuniões do CNPP fossem realizadas às terças segundas-feira do mês. b) Elaboração de identificação ou credencial para os Senhores Conselheiros a fim de que possam manter contato com o preso em qualquer momento. O Senhor Presidente submeteu as proposições ao Colegiado e, ambas mereceram a devida aceitação. O Senhor Presidente solicitou contribuição do Plenário no sentido de remeterem à Presidência do CNPP, obras e trabalhos que tenham publicado. O professor SERRANO NEVES enfocou que o Regimento do CNPP precisa transmitir à Nação o espírito da preocupação crescente com os direitos da pessoa e da personalidade humanas, com os direitos do preso e com a sua volta. Sugeriu que através do trabalho do CNPP e por força regimental possam encontrar solução para o problema do retorno, que tem denominado de pena de rejeição. Visou um intercâmbio mais próximo com os sistemas estaduais de administração de estabelecimentos prisionais. O Representante da Confederação Nacional da Indústria, Dr. NABOR CEZAR SIQUEIRA, afirmou que realmente existe certa rejeição ao ex-condenado, mas que talvez pudessem colaborar bastante através do SESI e SENAI na reintegração do indivíduo ao trabalho e daí, à sociedade. Prosseguindo, o Conselheiro Desembargador JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA congratula com os Senhores Presidentes e Conselheiros, pela instalação do CNPP, pois, esta é uma providência que há alguns anos vinha aguardando, vez que, desde 1932 é sensível e afeito ao problema penitenciário. Comentou que no Brasil não existe problema penitenciário - o que há é um regime carcerário que vem se mantendo com algumas exceções. Nelas foi incluído o Rio Grande do Sul. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Desembargador e teceu comentários sobre a Penitenciária de Neves-MG e passou a palavra ao Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, que demonstrou sua participação nas profundas modificações da Penitenciária de Neves-MG, onde criou o Centro de Observação do Recluso, composto de criminólogos, psicólogos, psiquiatras,